

OAB News

Atual gestão realiza mais de mil eventos, com cerca de 22 mil participantes. Confira o balanço dos últimos três anos

páginas 11 a 16



Com ampla programação, Subseção realiza XVIII Encontro da Jovem Advocacia

páginas 09 e 10

Advogados falam do papel do Centro de Inclusão Digital e Escritórios Compartilhados em Londrina

páginas 17 e 18

Setor de Processos Disciplinares eleva confiança da sociedade na advocacia

páginas 19 e 20

PRESIDENTE

Nelson Sahyun Junior

VICE-PRESIDENTE

Sania Stefani

SECRETÁRIO-GERAL

José Carlos Mancini Junior

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA

Caroline Thon

DIRETOR TESOUREIRO

Diogo Brochard Menoncin

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Geovane Leal Bandeira

CONSELHO FEDERAL

Artur Piancastelli

CONSELHO ESTADUAL

Eliton Araujo Carneiro

José Carlos Vieira

Leidiane Cintya Azeredo

Maria Lucilda Santos

Mario Sérgio Dias Xavier

Solange Rodrigues de Souza

Vânia Regina Silveira Queiroz

CAIXA DE ASSISTÊNCIA

Edmeire Aoki Sugeta - Diretora

Fabiano Nakamoto - Delegado

CONSELHO DA SUBSEÇÃO

Amanda Cristina G. Benavenuto

Andressa C. I. Machado

Arthur Lustosa Strozzi

Bruno Augusto Sampaio Fuga

Carlos Renato Cunha

Elizangela Abigail Socio Ribeiro

Fábio William Maciel

Fellipe Stabelini Anabuki

Francisco Luís Hipólito Galli

Graziella Yumi Ogaki Adão

Ivan Martins Tristão

Jair Vicente da Silva Junior

Janaíne Ventura

Jaqueline Alves Amendola Heinzl

Jaqueline Corazza Montero

Jéssica Leonilda Veiga

Juliana Ramos Fernandes Braga

Kaio Pitsilos

Márcia Mileski

Marco Henrique Damiao Beffa

Marcos Massashi Horita

Milena Barros Breda Nobre

Monica A. I. Thomaz de Aquino

Natalia Regina Karolensky

Rafael Flavio de Moraes

Rafael Garcia Campos

Raphaella de Angola Viel Amorim

Regina Aparecida Simões Cabral

Renata C. de Oliveira Alencar Silva

Rodolfo Xavier Ciciliato

Silvana Camila Castilho Felix

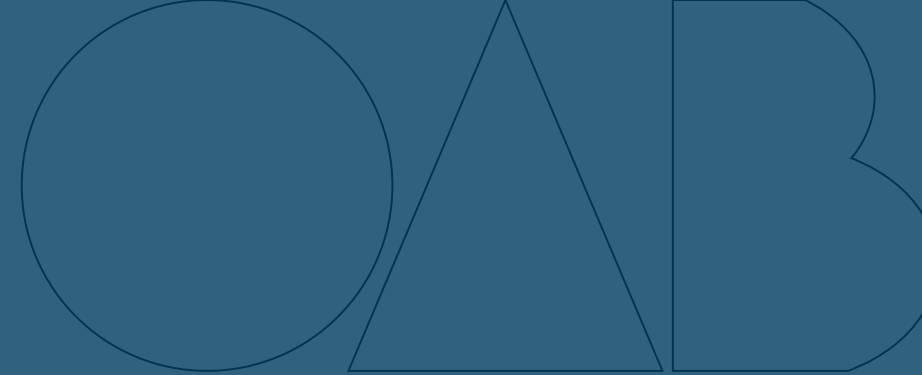
Tamires Luane Meli Queiróz

Valdeci Eleuterio

Welisson Vieira de Aguiar

Expediente

CONSELHO EDITORIAL: Caroline Thon, José Carlos Mancini Junior e Sania Stefani | **REDAÇÃO E EDIÇÃO:** Máxima Comunicação | **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Benê Bianchi (MTb 2621) - (43) 3339-7199 | **FOTOGRAFIA:** Jonas Pereira | **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Forti Propaganda | OAB LONDRINA-PR: R. Parigot de Souza, 311 - CEP. 86010-904 - Londrina/PR - (43) 3294-5900 | londrina@oabpr.org.br | **ENVIO:** 8.747 Advogados inscritos na OAB Londrina via e-mail. Distribuição dirigida e gratuita.



A atual gestão cumpre seu ciclo em pouco mais de dois meses e já apresenta, nesta edição, um relatório à classe, elencando as várias vertentes trabalhadas, sempre com foco no melhor desempenho da advocacia de nossa região. Com o apoio incontestável das mais de 40 comissões desta Subseção, tivemos cerca de 22 mil pessoas circulando pelas dependências de nossa entidade, seja na Sede do Lago, na Sede Histórica ou no Centro de Convivência dos Advogados.

Tudo que foi feito teve como objetivo maior trazer excelência à advocacia praticada na nossa região, unir a classe, conectar profissionais, proporcionar oportunidades de crescimento profissional e pessoal.

Além do balanço que ocupa várias páginas desta edição, também trazemos informações sobre o uso e benefícios do Centro de Inclusão Digital, aberto a todos os profissionais, a movimentação das comissões no mês de setembro, uma apresentação do Setor de Processos Disciplinares e muito mais.

Aproveitamos para lembrar a todos que as eleições estão chegando e que para participar do pleito que escolherá os novos dirigentes da OAB no Paraná, os advogados e advogadas devem estar com a situação financeira junto à entidade regularizada até o dia 23 de outubro

Uma boa leitura a todos!

A diretoria



As matérias assinadas
são de inteira
responsabilidade
de seus subscritores.

Aplicação de multa por abandono de causa e a Lei nº 14.752 de 2023: há retroatividade?

A redação do artigo 265 do Código de Processo Penal, após polêmicos anos de vigência, sendo por muitos, constitucionalmente questionado, veio a ser modificada em dezembro de 2023 a partir da Lei nº 14.752, sancionada no dia 12 de dezembro de 2023. Portanto, com a promulgação da referida LEI, não há mais previsão de aplicação de multa ao advogado e advogada que abandonar a causa nos termos do mencionado artigo, pois a competência sancionatória é do respectivo órgão de classe, qual seja, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sendo assim, faz-se necessário questionar se deverá ou não haver retroatividade da nova norma – no tocante à exclusão da multa – a fim de abranger-se aqueles casos em que o profissional está sendo processado ou já foi condenado ao pagamento de multa por incorrer na hipótese do artigo 265 do CPP.

Como se sabe, o artigo 133 da Constituição Federal dispõe sobre a advocacia ser indispensável à administração da justiça, daí então a norma do artigo 265 do CPP, que, de acordo com Eugênio Pacelli e Douglas

Fischer, exige motivos de alta relevância para a recusa ou retirada do advogado do caso, em razão do prejuízo que poderá ser causado à jurisdição¹.

No entanto, já ocorreram discussões acerca da (in)constitucionalidade da multa tratada naquele artigo (ADI 4.398/DF), embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a constitucionalidade e o Superior Tribunal de Justiça adotado, igualmente, o posicionamento de cabimento da multa². Contudo, com a promulgação da Lei nº 14.752 de 2023, caberá exclusivamente à Ordem dos Advogados do Brasil a competência para discutir infração ética relacionada ao exercício da advocacia.

É neste contexto, então, que surge a questão ora proposta neste breve artigo: a nova previsão, que exclui a aplicação de multa pelo Poder Judiciário, deverá retroagir para atingir aqueles casos em que ao advogado e advogada houve a imposição de multa? Isso porque, há agora uma situação mais benéfica àquele que estava sendo processado em razão do abandono de causa ou que já foi condenado pela citada conduta.

Poder-se-ia alegar que, por se tratar

de dispositivo previsto na legislação processual penal, não haveria que se falar em retroatividade por conta da disposição do artigo 2º do CPP e do princípio do tempus regit actum. Entretanto, a referida norma, em decorrência da previsão de aplicação de multa (anteriormente), tinha natureza sancionatória e, por consequência, material. Sendo assim, o dispositivo em questão tem natureza mista, porquanto envolve aspecto processual e material.

Nesse sentido, a norma contida no artigo 265 do CPP tem por conteúdo matéria que constitui direito do cidadão, de modo que a questão da multa é, portanto, de natureza material.

Assim, considerando que a partir da nova lei não há mais multa a ser aplicada pelo Judiciário, por consequência, ampliou-se direito dos advogados e advogadas. Por conseguinte, tratando-se o artigo 265 do CPP de norma de natureza mista, que, sob o

Rafael Garcia Campos,
advogado criminalista,
conselheiro da
OAB-Londrina



aspecto material, é mais benéfica, deve retroagir e aplicar-se aos referidos casos, excluindo-se, então, as condenações.

Finalmente, há que se destacar que, embora possa ser alegada a irretroatividade da norma em discussão, sob o argumento de que teria natureza sancionatória administrativa e não penal, ainda assim a retroatividade deve ser reconhecida, pois a retroatividade da lei mais benéfica é princípio que rege não apenas o Direito Penal, mas, também, o âmbito administrativo que, dentro de seus limites legais, igualmente tem poder sancionador. Portanto, do artigo 5º, inciso XL, da CF/88 decorre um princípio implícito de retroatividade da lei mais benéfica.

Portanto, a reflexão proposta é no sentido de que deve haver retroatividade da nova redação do artigo 265 do Código de Processo Penal, em decorrência da natureza mista desta norma e por constituir situação mais benéfica aos advogados e advogadas.

Referências

BADARÓ, Gustavo. **Processo Penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.752, de 12 de dezembro de 2023**. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), para disciplinar o caso de abandono do processo pelo defensor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14752.htm. Acesso em: 15 dez. 2023.

PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2021, p. 1476.

¹ PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2021, p. 1476.

² Vide por exemplo: Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança n. 58.366-SP, STJ, 5ª Turma, unânime, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 19.3.2019, publicado no DJ em 25.3.2019. Embargos de Declaração no Agravo Regimental no RMS no 46.227-SP, STJ, 6ª Turma, julgado em 27.9.2016, publicado no DJ em 10.10.2016.

OAB em movimento

Direito Sistêmico

Thaiz Pereira Lopes Pires foi a convidada da comissão de Direito Sistêmico para falar sobre Constelação no Judiciário. Bate-papo realizado no dia 29 de agosto.



OAB vai à escola

No dia 11 de setembro, membros da Comissão de Direito Constitucional estiveram no Colégio Castaldi, levando aos alunos um pouco de conhecimento sobre a Constituição Federal, em especial direitos fundamentais contidos na Constituição Federal. Também foram distribuídos alguns

ESG

A engenheira ambiental Nábila Camila da Silva discorreu sobre ESG: uma visão jurídica e prática, na reunião com convidado organizada pela comissão de Direito Ambiental, no dia 6 de setembro.

exemplares da Constituição entre os alunos e deixados exemplares na biblioteca da escola para consulta. Estiveram presentes a presidente da comissão, Renata de Sousa Araújo, a segunda secretária, Maria Rosa Ribeiro, e as integrantes Alana Erram e Isabela Gonçalves.

Rogério Gral, engenheiro químico, especialista em segurança do trabalho, ministrou palestra a convite das comissões do Direito do Trabalho e de Direito Previdenciário, dia 27 de setembro. O tema abordado foi A exposição a agentes insalubres e a caracterização da insalubridade e atividade especial.

Insalubridade

Páginas Humanitárias

No dia 10 de setembro, foi realizado mais um encontro do projeto Páginas Humanitárias, com a discussão do livro “A balada de Adam Henry”. O evento ocorre a cada 45 dias, com a discussão de um livro.

Mercado Rural

As comissões de Direito Agrário e do Agronegócio e de Direito Imobiliário e Urbanístico se uniram para discutir o tema Leilão de Fazendas: Oportunidades e Desafios no Mercado Rural. Para isso, reuniu, para as palestras, Marcos Custódio, leiloeiro público oficial nomeado pelas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal; Matheus Marangoni, formado em direito, empresário, construtor e investidor; e Jorge Espolador, leiloeiro desde 2013. Evento realizado em 27 de setembro.



Almoço da Advocacia

Em 27 de setembro, foi realizado, no Jardim Gastronômico, o almoço mensal da advocacia pela OAB-Londrina, edição em que os aniversariantes de agosto e setembro ganharam o almoço de presente.

Celebração do Dia Internacional dos Idosos

Em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, a Comissão de Direitos da Pessoa Idosa da Subseção realizou, em 24 de setembro, evento reunindo quatro profissionais que ministraram palestras com temas relacionados ao bem-estar das pessoas idosas. O personal trainer Rafael Pinto falou da importância dos exercícios físicos, a psicóloga Lara Mitsuyo abordou o quanto a



ginástica cerebral contribui com a preservação da memória e afazeres diários, o arquiteto Márcio Koga falou da arquitetura que proporciona acessibilidade e mobilidade dentro e fora de casa, e a advogada Franciane Campos abordou o direito de escolha do idoso. A presidente da comissão, Talita Rocha, informou que cerca de 50 pessoas atendidas pelo Centro de Convivência dos Idosos participaram do evento, que, destacou, foi preparado com muito carinho. As boas-vindas ao grupo foi dada pela vice-presidente da Subseção, Sania Stefani.

Crimes contra relação de consumo

Numa iniciativa das comissões de Advocacia Criminal e de Direito do Consumidor da OAB-Londrina, o tema Crimes contra a Relação de Consumo foi discutido, em reunião com convidados, no dia 27 de setembro. Falaram sobre o tema os advogados Anderson de Oliveira, presidente da comissão de Direito do Consumidor da casa; e Marcos Ticianelli, membro suplente da 7ª turma do Tribunal de Ética e Disciplina.



Debate com candidatos

No dia 30 de setembro, a OAB-Londrina realizou debate com os candidatos à prefeitura de Londrina. Compareceram seis dos sete candidatos: Coronel Villa, Tercílio Turini, Diego Garcia, Barbosa Neto, Isabel Diniz e Maria Tereza. O objetivo foi disponibilizar mais uma oportunidade para conhecimento das propostas dos candidatos ao cargo. O evento foi organizado pela Comissão de Direito Eleitoral da Subseção.

Seminário sobre Direito de Sucessões atrai profissionais e estudantes

Com o auditório da OAB-Londrina repleto por uma plateia de profissionais e estudantes, a Subseção realizou o II Seminário de Direito das Sucessões, dias 25 e 26 de setembro, proporcionando palestras ministradas por especialistas e grandes conhecedores de suas áreas de atuação.

A reforma do Código Civil foi um dos grandes destaques do evento. Embora sem data prevista para tramitar, as discussões sobre as propostas apresentadas estão ocorrendo em todo o país e também têm sido destaque em vários eventos. “Estudar o direito vigente ao lado do direito projetado é muito rico”, observou o palestrante Mário Delgado, que faz parte da Comissão Especial do Senado para Reforma do Código Civil.

O evento trouxe informações sobre Reprodução assistida *post mortem* e a proposta de alteração do Código

Civil, com a professor Daniela Braga Paiano; ITCMD no Planejamento Patrimonial, com Jonatas Albino do Nascimento, chefe da fiscalização estadual de ITCMD em São Paulo; Sucessões, com a professora, vice-presidente do IBDCivil, diretora Regional-Sul do IBDFAM e conselheira estadual da OAB-PR, Ana Carla Harmatiuk Matos; Anteprojeto de reforma e atualização do Código Civil e o “rebaixamento” do parceiro afetivo no Direito Sucessório, com Cintia Burille, diretora da Comissão Nacional Família e Tecnologia do IBDFAM e presidente da comissão de Direito de Família e Sucessões da OAB- Subseção Canoas/RS; e ainda A Reforma do Código Civil: presente e futuro do Direito das Sucessões, com o advogado Mário Delgado. “Sem dúvida, o evento trouxe para

Londrina e para as dependências da OAB profissionais altamente qualificados para falar sobre cada um dos temas propostos. Foram dois dias de compartilhamento de informações e conhecimento que trouxeram muita luz sobre temas tão complexos, especialmente porque estamos passando por debates sobre a reforma do Código Civil”, avaliou a presidente da comissão de Direito das Famílias e Sucessões da Subseção, Juliana Ramos Fernandes Braga.



Na cor rosa

Durante todo o mês de outubro, a sede da OAB-Londrina estará iluminada com a cor rosa. A iniciativa reforça o alerta sobre a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. A campanha Outubro Rosa é, mundialmente, reconhecida por ações afirmativas relacionadas ao tema.

Agenda

O VI Congresso de Direito Internacional da OAB-Londrina está marcado para os dias 29 e 30 de outubro. Reserve a data. O tema central será No Cenário Contemporâneo: Conflitos, Diplomacia, Cooperação. A realização é da comissão de Relações Internacionais.

Eleições

As eleições da OAB Paraná, que elegerão os novos dirigentes da Seccional e Subseções para o triênio 2025-2027 serão no mês de novembro. Para votar, os advogados e advogadas paranaenses devem estar com a situação financeira junto à entidade regularizada até o dia 23 de outubro. O mesmo prazo se aplica aos profissionais que irão compor as chapas do processo eleitoral. Fique atento!

Conexões, Aprendizado e Inovação na advocacia



O XVIII Encontro dos Jovens Advogados foi realizado entre os dias 10 e 12 de setembro na Subseção, reunindo profissionais que iniciam suas carreiras e também muitos estudantes interessados em aprender e fazer conexões.

O evento, promovido pelo Núcleo Jovem, foi oficialmente aberto pelo presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior, que compôs a mesa oficial ao lado da diretora da Jovem Advocacia, Jaqueline Corazza Montero; do conselheiro estadual Mario Sérgio Xavier; do presidente do Núcleo Jovem, Lucas Stefanuto; do vice-presidente Rafael Moraes; do secretário Guilherme Mazurki Koyama e do palestrante da noite, advogado Lucas Franzoi.

Ao destacar a importância deste evento, que é um dos mais tradicionais da Subseção, a diretora da Jovem Advocacia, Jaqueline

Corazza Montero, lembrou que advogados com até 10 anos de OAB somam cerca de 70% do total dos inscritos na Ordem. “Hoje, o advogado tem que entender de gestão, de marketing jurídico, além é claro do pleno conhecimento das leis. E eventos como esse são essenciais para o desenvolvimento da profissão, com oportunidades de aprendizado e networking”, frisou.

O presidente do Núcleo Jovem, Lucas Stefanuto, emocionou-se ao lembrar seu primeiro contato com o Núcleo Jovem da OAB, em 2019, e de todo o empenho do grupo que compõe o Núcleo em fazer o melhor e trazer para o Encontro palestrantes de renome, com muito conhecimento a compartilhar.

Na primeira palestra, o advogado contratualista Lucas Franzoi, falou sobre elaboração de contratos com Inteligência

Artificial (IA) e de forma muito prática apresentou sua experiência com as principais ferramentas de IA, falando sobre técnicas, prompts - que são formas de comunicar as necessidades para a IA, considerando que a qualidade da resposta geralmente depende da clareza e especificidade do prompt. Segundo Franzoi, a Inteligência Artificial é fato, uma realidade, e pode ajudar o advogado contratualista a atuar de forma mais rápida, com melhor qualidade e viabilizar ainda uma melhor remuneração.

Na sequência da palestra sobre IA, a especialista em Propriedade Intelectual e Inovação, Mariana Piovezani Moreti, falou sobre Desafios da IA no Direito Autoral, encerrando a programação da primeira noite. Também palestraram no evento:

- Mario de Oliveira Filho, advogado e criador do “Papo de Criminalista, sobre “O compromisso da advocacia criminal com o processo penal constitucional e democrático”,
 - Rodrigo Fauz, advogado criminalista habilitado para atuar no Tribunal Penal Internacional em Haia, que falou sobre aspectos práticos e teóricos sobre a atuação no tribunal do Juri;
 - Darlan Barroso, que abordou o tema “Tutelas provisórias no Processo Civil - Eficiência do processo”,
 - E Elias Marques, que falou sobre aspectos práticos e teóricos do Processo Civil.
- No sábado, dia 14, o encontro foi encerrado com a tradicional feijoada, momento de celebrar o sucesso do evento e de confraternização entre os participantes.



Gestão 2022/24 realiza mais de mil eventos

A atual gestão se aproxima do fim e deixa sua marca, com o trabalho realizado voluntariamente. A equipe que esteve à frente do ciclo que se encerra dedicou muito do seu tempo para atender à advocacia da forma como é solicitada e à altura do que se espera de uma entidade que representa bem sua classe. Foram mais de mil eventos realizados, com cerca de 22 mil participantes.

Ao longo dos últimos três anos –

lembrando que ainda tem muita coisa agendada pela frente – foram proporcionadas oportunidades de crescimento profissional e pessoal, em eventos com muita troca de experiências, aprendizado e crescimento, tendo sempre como foco temas relevantes, inovadores e essenciais para o desenvolvimento de carreiras.

Relembre, nas próximas páginas, alguns desses momentos.



EVENTOS	QUANTIDADES 2022-2024	NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS EVENTOS
REUNIÕES ORDINÁRIAS	719	7.930
REUNIÕES COM CONVIDADOS	101	2.029
EVENTOS DAS COMISSÕES	74	7.576
PALESTRAS / CURSOS	35	2.177
COLÉGIOS DE PRESIDENTES DE COMISSÃO	5	245
COLÉGIOS DE REPRESENTANTES DE COMARCAS	2	30
ALMOÇO MENSAL	18	1.440
JURAMENTOS / JUBILAMENTO	12	688
Nº DE REUNIÕES DE DIRETORIA	133	-
CARAVANA OAB LONDRINA TOTAL	13	325
Comarcas: Bela vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Ibiporã, Jaguapitã, Porecatu, Primeiro de Maio, Rolândia e Sertãoópolis.		
TOTAL	1.099	22.440

- Destaques de eventos da Gestão**
1. Preparatória para a 8ª Conferência da Advocacia Paranaense: Mais de 553 pessoas participaram do evento em agosto de 2023, que também sediou o I Moot de Processo Civil da OAB/PR.
 2. Valorização da Advocacia: Um evento que reuniu mais de 200 advogados, oferecendo conhecimento,

- atualização e novas oportunidades.
3. Fórum de Prerrogativas: A OAB Paraná e a subseção de Londrina promoveram o 2º Colégio de Presidentes de Direitos e Prerrogativas do Paraná e o X Fórum de Prerrogativas da OAB Londrina.
 4. Colégio de Presidentes: Londrina sediou o 8º Colégio de Presidentes de Subseções e o 5º encontro



de delegados da CCA/PR em agosto de 2024.

5. **Criação da Diretoria da Jovem Advocacia.** O cargo de diretora é ocupado desde 04/04/2024 pela advogada Jaqueline Corazza Montero

Ações da CAA/PR, em parceria com OAB Londrina

A Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAA/PR) realizou diversas campanhas, em parceria com a OAB Londrina:

- **Vacinação contra a gripe:** Oferecida a advogados e dependentes a preços acessíveis.
- **Prevenção ao Câncer:** Exames preventivos como mamografias e exames de próstata.
- **Saúde Mental:** Atendimento psicológico subsidiado e ações de conscientização.

Esporte e Qualidade de Vida

A 6ª edição dos Jogos da Advocacia do Paraná (JAPs) movimentou a cidade de Londrina, reunindo cerca de 1.160 inscritos em sete modalidades esportivas diferentes.

O evento, promovido anualmente pela OAB Paraná através da sua Comissão de Esportes e Bem-Estar, consolida-se como um dos maiores encontros da advocacia paranaense.

Além dos JAPs, a OAB Londrina promoveu em sua gestão, os campeonatos de futebol, como o Torneio dos Advogados Peladeiros e o InterJustiça, que têm se tornado cada vez mais populares entre os profissionais do Direito. Essas iniciativas demonstram o compromisso da OAB em promover a qualidade de vida e o bem-estar dos advogados, incentivando a prática de atividades físicas e a integração da classe.



Balanço Trienal

SETOR DE ÉTICA E DISCIPLINA	2022	2023	2024	TOTAL
	DE MARÇO A NOVEMBRO		DE JANEIRO A SETEMBRO	
PROCESSOS RELATADOS	66	117	86	269
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	38	107	90	235
PROCESSOS ARQUIVADOS	5 Arquivamento Liminar	118 Arquivamento Liminar	52 Arquivamento Liminar	214
	1 Indeferimento Liminar	14 Indeferimento Liminar	8 Indeferimento Liminar	
		11 TAC	5 TAC	

Total de processos em andamento (até a data de 26/09/2024): 454

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA	2022	2023	2024	TOTAL
PROCESSOS JULGADOS	60	146	106	312
SESSÕES REALIZADAS	06	11	07	24

ADVOCACIA DATIVA	TOTAL
ADVOGADOS DE LONDRINA INSCRITOS	2.174

SETOR DE FISCALIZAÇÃO/ PRERROGATIVAS	2022	2023	2024	TOTAL
ATENDIMENTOS	797	779	435	2.011
ATENDIMENTOS 0800		166 A PARTIR DE 13/08	262	428

Observa-se uma média de mais de 670 atendimentos por ano, demonstrando a demanda constante por suporte e orientação aos advogados da região.

Revitalização de Espaços e Melhoria de Condições de Trabalho

A Subseção de Londrina concluiu um extenso projeto de revitalização e reforma de suas instalações e espaços de trabalho durante a gestão 2022/2024. As melhorias abrangem desde estabelecimentos prisionais até o Centro de Convivência dos Advogados.

Melhorias nos Estabelecimentos Prisionais e Delegacias

A OAB implementou salas equipadas para advogados em quatro unidades prisionais.



SALA DA OAB NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	
PENITENCIÁRIA II DE LONDRINA	Estrutura da Sala dos Advogados • Computador e Impressora • Ar condicionado de 12mil BTUs • Armário porta-objetos • Placa com canais de atendimento aos advogados • Sofá e Água
PENITENCIÁRIA III DE LONDRINA	
CASA DE CUSTÓDIA DE LONDRINA	
CADEIA DE CAMBÉ	

Na Central de Flagrantes da Polícia Civil, uma nova estrutura foi instalada, incluindo Wi-Fi e interfone para liberação de acesso, facilitando o trabalho dos advogados.

SALA DA OAB NAS DELEGACIAS	
CENTRAL DE FLAGRANTES DA POLÍCIA CIVIL	Estrutura da Sala dos Advogados <ul style="list-style-type: none">• Computador e Impressora• Ar condicionado de 12mil BTUs• Armário porta-objetos• Placa com canais de atendimento aos advogados• Água• Wi-Fi• Interfone para liberação de acesso na Unidade

REVITALIZAÇÃO DOS PARLATÓRIOS	
PENITENCIÁRIA I DE LONDRINA	<ul style="list-style-type: none">• Ar condicionado de 12mil BTUs• Troca de porta
CADEIA DE ROLÂNDIA	<ul style="list-style-type: none">• Ar condicionado de 12mil BTUs
CADEIA DE IBIPORÃ	<ul style="list-style-type: none">• Troca de iluminação, pintura, piso e porta. Aquisição de banquetas de atendimento, melhorias na vedação acústica da sala.



Justiça do Trabalho
As salas dos advogados nas Justiças do Trabalho de Cambé, Londrina, Porecatu e Rolândia receberam melhorias, como ar-condicionado e máquinas de café expresso, proporcionando maior conforto aos profissionais.

JUSTIÇA DO TRABALHO - SALA DO ADVOGADO	
JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMBÉ	<ul style="list-style-type: none">• Ar condicionado de 18mil BTUs• Máquina de café expresso
JUSTIÇA DO TRABALHO DE LONDRINA	<ul style="list-style-type: none">• Ar condicionado: 03 aparelhos de 12mil BTUs• Repintura• Máquina de café expresso e capuccino
JUSTIÇA DO TRABALHO DE PORECATU	<ul style="list-style-type: none">• Máquina de café expresso
JUSTIÇA DO TRABALHO DE ROLÂNDIA	<ul style="list-style-type: none">• Máquina de café expresso• Ponto hidráulico para bebedouro• Repintura da sala (em andamento)

Sede da OAB Londrina
A sede passou por uma ampla revitalização, incluindo:

Pintura interna e externa do prédio.
Revitalização do Escritório Compartilhado:
Pintura, iluminação, televisão, ar-condicionado, pontos de internet (em andamento).
A sala estará apta para realização de audiência virtual.



Revitalização da Sala de Reuniões:
Pintura, mobília, televisor e pontos de internet (em andamento).



Revitalização do Auditório:
Troca de 6 aparelhos de ar-condicionado, pintura, substituição de equipamentos de transmissão e aquisição de câmera Full HD de última geração, troca do sistema de som para o digital, compra de data show, instalação de iluminação em LED e troca de mobília do auditório (em andamento)

Sala do Conselho:
Troca da iluminação, pintura, substituição de equipamentos de transmissão e aquisição de câmera Full HD de última geração, melhorias no sistema de som, compra de data show, instalação de iluminação em LED e renovação da mobília da mesa diretiva.



Centro de Convivência dos Advogados

O espaço de lazer e convivência dos advogados recebeu atenção especial:



- Pintura externa e interna
- Revitalização do salão maior e menor
- Quadra de Beach tennis
- Ampliação do estacionamento
- Ampliação do vestiário masculino e feminino
- Troca do par de traves do campo de futebol
- Alambrado em torno do centro de convivência
- Ampliação das calçadas do Centro de convivência
- Revitalização do espaço da bocha

Melhorias nas comarcas

COMARCAS

- Máquina de café instalada no fórum de Porecatu, Cambé e Rolândia.
- Internet no Tribunal do Júri em Londrina, Bela Vista do Paraíso, Sertãoópolis e Centenário Sul.
- Fase de instalação de internet no Tribunal do Júri de Ibiporã, Primeiro de Maio, Porecatu, Cambé, Rolândia e Jaguapitã.
- Compra de equipamento: câmera Full HD para os advogados das comarcas participarem das reuniões e eventos de forma remota.
- Projeto da OAB Londrina Total em busca de entender as demandas dos advogados das comarcas.
- Interlocuções com o Tribunal de Justiça para implementação do e-Fórum no município de Tamarana, uma iniciativa que pretende tornar a Justiça ainda mais próxima da população, e que se encontra em andamento
- Assinada Autorização para Construção do Primeiro Fórum da Comarca de Centenário do Sul encontra-se em fase de licitação

Centro de Inclusão Digital e Escritórios Compartilhados fortalecem a advocacia

O primeiro Centro de Inclusão Digital (CID) foi inaugurado, pela CAAPR, em 16 de setembro de 2010, na Subseção de Londrina. A Caixa, na ocasião, estava sob a gestão do presidente José Augusto Araújo de Noronha, com a vice-presidência ocupada por Artur Humberto Piancastelli. O projeto foi apresentado no XXI CONCAD - Encontro Nacional de Presidentes e Diretores de Caixas de Assistência dos Advogados, em Foz do Iguaçu.

Financiado pelo Fundo de Integração de Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA), o CID rapidamente se tornou uma realidade e, atualmente, é difícil medir em números os benefícios que os diversos centros espalhados pelo Estado trouxeram para a advocacia paranaense.

Em Londrina, o CID está localizado na histórica sede da OAB, no Edifício Tuparandi, bem no centro da cidade. O espaço é amplamente utilizado por advogados de todas as idades para trabalhar em seus processos, atender clientes nos Escritórios Compartilhados e participar de audiências online. Dois estagiários estão à disposição para orientar os advogados no uso dos sistemas de cada Tribunal.

“O perfil dos usuários

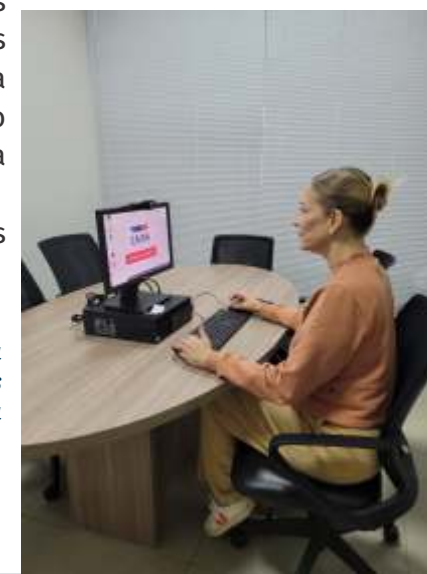
é variado, desde jovens advogados que estão começando e ainda não têm escritório próprio, até profissionais que estão finalizando a carreira e optam por não manter uma estrutura física particular”, explica Edmeire Aoki Sugeta, diretora da CAAPR em Londrina. “É um apoio para que exerçam a advocacia com dignidade e sem custo fixo”, acrescenta.

Os estagiários auxiliam os profissionais com diversos sistemas utilizados pelos Tribunais, como E-Proc, Projudi e PJ-e, das 8h30 às 18h30, sem intervalo para o almoço. As salas também são procuradas para a realização de audiências. “No escritório do advogado, pode não haver um local adequado para audiências e sustentações, necessitando de uma estrutura mínima para realizar essas atividades sem interferências”, comenta a diretora.

O espaço oferece impressoras (com as cinco primeiras páginas gratuitas e R\$ 0,30 a partir da sexta página), scanners, armários com chave e café. Para agendar horário no CID, Escritórios Compartilhados e



Edmeire Aoki Sugeta



Fernanda Mascarenhas Alvarenga

audiências, basta ligar para o número (43) 3374-8300. Em breve, o agendamento também estará disponível pelo site e aplicativo da CAAPR.

A infraestrutura conta com seis estações com computadores, duas estações para notebooks pessoais e dois escritórios compartilhados. Outros benefícios incluem isenção de estacionamento na primeira hora de uso e acesso ilimitado ao JusBrasil para consulta

de jurisprudência e informações essenciais para o trabalho do advogado.

Orientação e suporte

Advogados em trânsito por Londrina utilizam o CID para continuar seu trabalho sem interrupções. Profissionais de outros estados também usufruem do espaço, obtendo informações e suporte dos estagiários por telefone quando precisam acessar plataformas dos tribunais do Paraná. “Eles ligam para pedir orientação e suporte, já que os tribunais de cada estado têm suas especificações”, explica Edmeire.

Gabriel Antunes da Silva, advogado em Maringá, recorre ao CID quando está em Londrina e precisa manter sua rotina de trabalho. “Sempre que preciso, uso o espaço e, não só em Londrina, por onde vou sempre encontro espaços da OAB prontos para atender aos advogados”, comenta.

Michel Cury Sahão Filho, que fechou seu escritório após a pandemia, utiliza o CID para atividades mais complexas, contando com a ajuda dos estagiários. “Nas petições rotineiras, faço de casa”, relata. Ele também prefere fazer as audiências na OAB, pela estabilidade da internet e segurança em caso de imprevistos.

Fernanda Mascarenhas Alvarenga, advogada desde 2019, decidiu manter um espaço em casa para seu escritório após a pandemia, mas agenda salas na OAB para audiências que exigem a presença do cliente. Quando enfrenta problemas com os sistemas dos tribunais, recorre ao CID e ao auxílio dos estagiários.

A única exigência para ter acesso ao espaço é que os profissionais estejam em dia com a anuidade da OAB. “Esses benefícios são, na verdade, um dos muitos retornos da anuidade que os advogados pagam”, lembra Edmeire.



Gabriel Antunes da Silva

Setor de Processos Disciplinares eleva confiança da sociedade na advocacia

É papel da Ordem dos Advogados do Brasil preservar a ética e disciplina no exercício profissional. Para tanto, conta com o Tribunal de Ética e Disciplina, órgão responsável pelo julgamento, em primeiro grau, dos processos a que são submetidos os advogados em casos de cometimento de infrações ético disciplinares.

Em Londrina está instalada a 7ª Turma de julgamento que conta com oito julgadores.

No entanto, até chegar a fase de julgamento, os processos disciplinares são admitidos e instruídos pelo Conselho da Subseção, no Setor de Processos Disciplinares-SPD.

“Trata-se de um setor dos mais importantes para elevar a confiança da sociedade na advocacia e para buscar garantir que a profissão seja exercida de forma ética e profissional”, informa a coordenadora do setor em Londrina, Caroline Thon, que também exerce a função de secretária-geral adjunta da Subseção.

O trabalho é exercido por dezenas de voluntários, que atuam na instrução dos processos (instrutores) e na defesa dos advogados (defensores dativos). A rotina de trabalho exige dedicação, com realização de reuniões e estudos de cada caso. “Trabalhamos sempre com o objetivo de buscar celeridade do trâmite processual, evitando que haja prescrição dos casos”, sustenta Caroline Thon.

Este ano, de janeiro a julho, o setor relatou 69 processos e ainda: outros 45

tiveram arquivamento liminar e sete tiveram indeferimento liminar.

Avisão de voluntários

Instrutor

O advogado Sérgio Castilho atua como instrutor desde junho de 2016 e acompanhou a evolução digital do setor. “Quando iniciei, os processos ainda eram físicos, e as audiências eram todas transcritas, sendo que posteriormente, com a evolução processual, passaram a ser digitais, facilitando sua tramitação e atuação, bem como as audiências gravadas”, descreve.

Abaixo, ele fala um pouco da rotina do instrutor:

“Os processos chegam para serem feitas as análises. Normalmente, o Instrutor atua do início ao fim no mesmo processo, de modo que é de suma importância estar em contato sempre com o relator, para que se tenha um bom trâmite processual. A Secretaria de Processos administrativos, que tem a Sandra Bianchi como responsável, tem enorme relevância, já que é responsável por todos os atos de intimação das partes. Quando o processo chega, o primeiro andamento é ver se todos os elementos estão presentes. Caso não estejam, é solicitado que sejam emendados, e caso não precise, é feita uma análise sobre o arquivamento liminar ou





prosseguimento. Em seguida, acompanhamos o seu trâmite, até o parecer preliminar. É uma atividade de muita dedicação, bem como aprendizado, já que a coordenadora de Processos Disciplinares, Dra. Caroline Thon, está sempre em busca do aprimoramento, disponibilizando cursos, bem como várias reuniões, visando as atualizações e aprimoramento”.

Defensora Dativa

A advogada Marcilei Gorini Pivato é advogada há 16 anos e há 4 anos atua como defensora dativa para o Tribunal de Ética da OAB/Paraná e também para o TED da Subseção de Londrina, funções das quais tem bastante orgulho.

Acompanhe seu relato:

“O trabalho como defensora dativa é voluntário e extremamente importante para a defesa técnica dos colegas de classe

em processos administrativos disciplinares por atos praticados no exercício da profissão. Esta atuação envolve a elaboração de peças de defesa, como defesa prévia e alegações finais, a participação em audiência de instrução, bem como de todo e qualquer ato necessário ao bom andamento do processo administrativo na defesa dos interesses do representado que não pode realizar a sua própria defesa ou ainda optar por não o fazer, ou constituir procurador para tal ato. A condução imparcial dos processos administrativos disciplinares pelo TED/OAB é essencial para toda a classe da advocacia, o qual demonstra o seu comprometimento com a justiça e com a excelência do trabalho profissional prestado à sociedade. E o trabalho voluntário exercido pelos defensores dativos é uma pequena parte desse compromisso.”

CAAPR lança campanha Outubro Rosa com valores de consultas e exames subsidiados

Outubro é o mês dedicado a conscientizar as mulheres e fortalecer a importância da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. Por isso, a sede da Subseção estará iluminada na cor rosa durante todo o mês. E a CAAPR também fará a campanha Outubro Rosa, por meio da qual advogadas e dependentes estatutárias terão consultas e exames a preços subsidiados.

Confira abaixo os locais conveniados à CAAPR em Londrina:

Clínica Instituto Mulher

Advogadas e dependentes estatutárias poderão realizar consultas ginecológicas pelo custo de R\$ 70,00.
Av. Bandeirantes, 200
Agendamentos
(43) 3342-8006/ 999994-8006.

Clínica Médica Garcia Spironelli

Consultas com a Dra. Isabela Spironelli, especialista em mastologia, pelo custo de R\$ 200,00.
Av. Madre Leonida Milito, 1500 – sl 1102
Agendamentos
(43) 3323-3678 (43) 3323-2742

Laboratório USPAR

Advogadas e dependentes estatutárias poderão realizar o exame de mamografia pelo custo de R\$ 15,00.
Rua Mato Grosso, 1137
Agendamentos
(43) 3324-7069

Obs.: Após os agendamentos, as interessadas devem entrar em contato com a Subseção para autorização prévia pelo telefone (43) 3374-8300.

A relação entre saúde mental e câncer de mama: um olhar necessário durante o Outubro Rosa

No contexto do Outubro Rosa, campanha dedicada à conscientização e prevenção do câncer de mama, é fundamental refletir sobre a relação entre saúde mental e essa doença que afeta milhares de mulheres. O diagnóstico de câncer de mama não impacta apenas o corpo, mas também o emocional e o psicológico das pacientes, trazendo à tona questões que exigem atenção e cuidado especializado.

O impacto emocional de um diagnóstico de câncer de mama é profundo. Ao receber a notícia, é comum que as pacientes enfrentem sentimentos de incerteza, preocupação com o futuro e medo em relação aos tratamentos e suas possíveis consequências. A saúde mental pode ser severamente comprometida durante o processo de enfrentamento da doença. A ansiedade é uma reação frequente, especialmente diante da necessidade de tomar decisões rápidas sobre o tratamento e lidar com os efeitos colaterais da

quimioterapia, radioterapia ou cirurgia. Além disso, a depressão pode surgir como uma resposta ao estresse contínuo, às mudanças corporais e à sensação de perda de controle sobre a própria vida. A autoestima também pode ser afetada, principalmente quando há alterações na aparência física, como a mastectomia ou a perda de cabelo, impactando a autoimagem e a feminilidade da mulher.

Durante o tratamento do câncer de mama, o apoio psicológico é essencial para ajudar as pacientes a lidar com o impacto emocional da doença. A psicoterapia pode fornecer um espaço seguro para expressar medos, angústias e ajudar a reestruturar pensamentos negativos. Além disso, o suporte emocional de familiares e amigos desempenha papel crucial, aliviando o sentimento de isolamento e fortalecendo a sensação de bem-estar mental durante o enfrentamento da doença. Grupos de apoio também são uma excelente maneira de conectar pacientes com

outras pessoas que estão passando por experiências semelhantes, promovendo a troca de vivências e o apoio mútuo.

Neste Outubro Rosa, é imperativo que a sociedade e os profissionais de saúde ampliem o foco da campanha para além da prevenção e do diagnóstico precoce. É necessário enfatizar a importância de cuidar também da saúde mental das mulheres que enfrentam o câncer de mama. O bem-estar emocional é componente vital da jornada de tratamento e recuperação, sendo essencial para que as pacientes possam manter a qualidade de vida durante e após o tratamento. Afinal, cuidar da mente é tão importante quanto cuidar do corpo na luta contra o câncer!



Annila Cruz,
psicóloga clínica

Prerrogativas da Mulher Advogada: Um Olhar Crítico sobre os Incisos I e II do Art. 7º-A do Estatuto da Advocacia

O Estatuto da Advocacia, ao reconhecer os desafios enfrentados pelas mulheres advogadas, estabelece no artigo 7º-A direitos específicos para aquelas que estão gestantes, lactantes, adotantes ou que deram à luz. Os incisos I e II deste artigo trazem medidas fundamentais para a proteção e o bem-estar da advogada e de seu bebê, como a isenção de passar por detectores de metais e a reserva de vagas em garagens, além do acesso a creches ou locais adequados para atendimento das necessidades do bebê. Contudo, apesar da clareza dessas prerrogativas, sua aplicação prática ainda encontra barreiras que comprometem a efetividade dos direitos garantidos.

O inciso I do artigo 7º-A estabelece que as advogadas gestantes têm o direito de entrar em tribunais sem serem submetidas a detectores de metais ou aparelhos de raios X, além de terem vagas reservadas em garagens dos fóruns e tribunais. Essas prerrogativas visam proteger tanto a saúde da advogada quanto a do nascituro, ao minimizar exposições desnecessárias e facilitar o deslocamento em espaços muitas vezes lotados e pouco acessíveis. No entanto, a

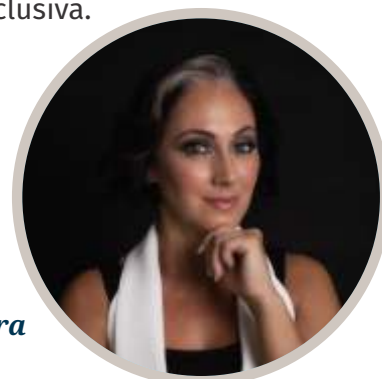
falta de conhecimento ou de respeito por parte de funcionários e até de colegas advogados frequentemente coloca em risco esses direitos. A exigência de passar pelos mesmos procedimentos de segurança que qualquer outra pessoa, por exemplo, ignora as recomendações médicas de evitar a exposição a radiações, ainda que em níveis considerados seguros.

Já o inciso II assegura às advogadas lactantes, adotantes ou que deram à luz o direito ao acesso a creches, onde houver, ou a locais adequados ao atendimento das necessidades do bebê. Esse direito é essencial para que a mulher advogada possa equilibrar o exercício da profissão com os cuidados necessários a um recém-nascido. No entanto, a realidade nos fóruns e tribunais brasileiros está longe de contemplar essa necessidade. A ausência de creches ou de espaços apropriados é uma constante, forçando as advogadas a improvisarem em situações que demandam condições mínimas de higiene e privacidade. Essa carência demonstra uma negligência institucional com as necessidades das advogadas e de seus filhos, além de reforçar as dificuldades enfrentadas por

mulheres que buscam conciliar a maternidade com a carreira.

O desrespeito a essas prerrogativas é um reflexo de uma cultura institucional que ainda precisa evoluir para reconhecer e respeitar as necessidades específicas das mulheres advogadas. A inobservância desses direitos não só compromete a saúde e o bem-estar das advogadas e de seus filhos, mas também representa um obstáculo adicional à equidade de gênero no ambiente de trabalho.

É imperativo que as instituições responsáveis pela administração da justiça promovam a conscientização e a implementação efetiva desses direitos. Somente assim será possível garantir que as advogadas possam exercer sua profissão de maneira plena, sem comprometer seu bem-estar e o de seus filhos. O respeito às prerrogativas estabelecidas no artigo 7º-A do Estatuto da Advocacia é, em última instância, um passo crucial para a construção de uma advocacia mais justa e inclusiva.



Patrícia Siqueira